

FUNDAÇÃO DR GASPAR LISBOA (FUGALI)



FUNDAÇÃO DR GASPAR LISBOA BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(EM R\$ 1)

ATIVO	Nota Explicativa	2024	2023
CIRCULANTE		1.427.774	2.906.749
Caixa e equivalentes		1.288.097	2.750.301
Contas a Receber - Convênios		107.635	125.581
Contas a Receber - SUS		17.440	19.153
Créditos com Funcionários		960	1.620
Outros Créditos		13.641	10.094
NÃO CIRCULANTE		34.656	36.435
Imobilizado	3	34.656	36.435
TOTAL DO ATIVO		1.462.429	2.943.184
PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL		2024	2023
CIRCULANTE		44.380	1.472.219
Fornecedores		36.311	44.916
Obrigações com Pessoal		2.049	2.021
Tributos e Encargos Sociais	4	2.518	4.208
Provisão de Férias		2.801	2.713
Outras obrigações		700	1.418.360
NÃO CIRCULANTE		-	-
PATRIMÔNIO SOCIAL		1.418.050	1.470.965
Patrimônio Social	5	1.418.050	1.470.965
TOTAL DO PASSIVO E PS		1.462.429	2.943.184

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

FUNDAÇÃO DR GASPAR LISBOA DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT (DÉFICIT) DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(EM R\$ 1)

	Nota Explicativa	2024	2023
RECEITAS DOS SERVIÇOS PRESTADOS		4.048.281	3.578.572
Receitas Convênios		1.034.898	1.026.717
Receitas SUS		106.207	87.945
Receitas com Doações	6	2.664.341	2.365.699
Receitas Financeiras		221.608	83.810
Receitas Diversas		14.400	14.400
Outras Receitas		6.827	-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS		4.101.196	4.114.336
Despesas com Pessoal		58.687	82.083
Serviços Médicos e Laborat.		305.456	278.176
Despesas com Materiais		-	15.699
Despesas Administrativas		28.836	24.377
Despesas com Serviços Profissionais		7.575	3.192
Despesas Financeiras		57.039	93.502
Despesas com Depreciações		1.779	14.014
Despesas com Doações - Santa Casa Itajubá		3.627.294	3.562.721
Outras Despesas Operacionais		14.530	40.573
Déficit do Exercício		(52.915)	(535.764)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

FUNDAÇÃO DR GASPAR LISBOA DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM R\$ 1)

Mutações	Patrimônio Social	Superávit (Déficit)	Totais
Saldos em 31/12/2022	2.155.160	(148.431)	2.006.729
Aumento do Patrimônio Social	(148.431)	148.431	-
Déficit do Exercício	-	(535.764)	(535.764)
Saldos em 31/12/2023	2.006.729	(535.764)	1.470.965
Aumento do Patrimônio Social	(535.764)	535.764	-
Déficit do Exercício	-	(52.915)	(52.915)
Saldos em 31/12/2024	1.470.965	(52.915)	1.418.050

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

FUNDAÇÃO DR GASPAR LISBOA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM R\$ 1)

	2024	2023
Atividade Operacionais		
Superávit / Déficit do exercício	(52.915)	(535.764)
Depreciação	1.779	14.014
(Aumento) redução nos direitos realizáveis a curto prazo	16.772	(81.472)
Aumento (redução) nas obrigações - Passivo Circulante	(1.427.839)	170.825
Caixa gerado pelas operações	(1.462.204)	(432.398)
Atividades de Investimentos		
Aquisições de imobilizado	-	(2.408)

Caixa das atividades de investimento	-	(2.408)
FLUXO DE CAIXA LIQUIDO	(1.462.204)	(434.807)
Saldo inicial do caixa e equivalente a caixa	2.750.301	3.185.108
Saldo final do caixa e equivalente a caixa	1.288.097	2.750.301
VARIAÇÃO EM CAIXA OU EQUIVALENTES EM CAIXA	(1.462.204)	(434.807)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

FUNDAÇÃO DR. GASPAR LISBOA Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2024 (Em R\$ 1)

1- CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Dr. Gaspar Lisboa, é uma Entidade jurídica de direito privado, sem fins econômicos, com autonomia administrativa e financeira, com sede e foro na cidade de Itajubá, estado de Minas Gerais, declarada de Utilidade Pública conforme Lei Municipal nº 228 de 22 de outubro de 1999. A Fundação terá como finalidade:

I - Promover serviços assistenciais junto à Santa Casa de Misericórdia de Itajubá, no desenvolvimento de suas atividades;

II - Apoiar as atividades de ensino, pesquisa, desenvolvimento científico e tecnológico, atividades culturais e desportivas da Santa Casa de Misericórdia de Itajubá, através do assessoramento à elaboração de projeto e administração de recursos obtidos;

III - Promover a capacitação de recursos humanos;

IV - Apoiar a administração da Santa Casa de Misericórdia de Itajubá na captação de recursos financeiros;

V - Prestar Serviços técnicos, remunerados ou gratuitos, em qualquer atividade afim;

VI - Cooperar com outras instituições na área de sua competência;

VII - Promover a integração da Santa Casa de Misericórdia de Itajubá com os demais órgãos da comunidade;

VIII - Desenvolver atividades de interesse da Santa Casa de Misericórdia de Itajubá.

2- PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em especial a ITG 2002 (R1) – entidade sem finalidade de lucros – Resolução CFC DOU 02/09/15 do Conselho Federal de Contabilidade, que trata dos aspectos contábeis das Entidades sem fins lucrativos.

a) Resultado - As receitas e despesas são contabilizadas com base no princípio contábil da competência;

b) Ativos e Passivos – Os ativos e passivos vencíveis até o término do exercício seguinte estão classificados como circulante e os excedentes a esse prazo como não circulantes;

c) Aplicações Financeiras – São demonstradas ao valor aplicado, acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço;

d) Contas a Receber – Estão demonstrados ao valor dos serviços prestados e faturados;

e) Estoques - São avaliados ao custo médio de aquisição inferior aos valores de reposição;

f) Imobilizado – É demonstrado ao custo de aquisição, ajustado ao valor justo (terrenos e edificações). As depreciações são calculadas com base no método linear com base em taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens.

g) Obrigações – As obrigações são registradas com base nos valores conhecidos ou estimáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações; e

h) Doações e Subvenções – As verbas recebidas a título de subvenções são contabilizadas no passivo e apropriadas ao resultado na proporção dos gastos incorridos (custeio) e depreciação (bens do imobilizado).

3- IMOBILIZADO

O ativo imobilizado é constituído por bens e direitos de natureza permanente, empregados na operação da Entidade, cuja utilização é fundamental para a manutenção

de suas atividades. Esses ativos incluem terrenos, edificações, máquinas e equipamentos, veículos, móveis e utensílios e equipamentos de informática, entre outros.

A avaliação desses ativos segue as normas contábeis vigentes, sendo registrada pelo custo de aquisição diminuído de depreciação acumulada e de eventuais perdas por desvalorização. A depreciação é calculada por meio de métodos que refletem o padrão de consumo esperado dos benefícios econômicos futuros dos ativos.

A Entidade se compromete a manter uma gestão eficiente de seus ativos imobilizados, garantindo que estes estejam em condições adequadas para suportar as operações, e realiza investimentos contínuos para a atualização e melhoria destes ativos, visando a sustentabilidade e a competitividade no longo prazo.

Contas	2024	2023
Construções e Benfeitorias		
Móveis, máquinas e equipamentos	26.142	26.142
Equipamentos de Informática	14.267	14.267
Móveis e Utensílios	2.409	2.409
(-) Depreciações Acumuladas	(8.162)	(6.383)
Total	34.656	36.435

4- OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS

As obrigações fiscais e sociais da Entidade, incluem os tributos federais, estaduais e municipais, assim como encargos trabalhistas e previdenciários. A Entidade tem o compromisso de realizar uma rigorosa contabilização e a gestão das obrigações, garantindo conformidade legal e transparência.

A gestão dessas obrigações é realizada com muita diligência, visando assegurar o cumprimento tempestivo de todas as responsabilidades fiscais e sociais, mitigando possíveis riscos de inadimplência que possam impactar a operação da Entidade.

Contas do curto prazo	2024	2023
INSS a Recolher	980	941
FGTS a Pagar	368	354
IRRF a Recolher	274	691
PIS, COFINS e CSSL Retidos a Recolher	896	2.222
Total	2.518	4.208

5- PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social é constituído por dotação inicial, de bens a ele incorporados, e dos resultados líquidos apurados – superávit ou déficit. Por ser entidade de fins não lucrativos, não distribui lucros, dividendos, vantagens ou parcelas do patrimônio a seus instituidores, dotadores e administradores, sob qualquer forma.

6- DOAÇÕES

As seguintes doações foram recebidas pela Entidade no exercício e foram integralmente aplicadas em custeio operacional e investimentos. Os recursos financiaram custos correntes e aquisição de ativos, os quais foram essenciais para expansão e melhoria contínua das atividades.

Descrição	Valor
Doações SASB	2.575.551
Doações Pessoas Jurídicas	2.068
Projeto Bazar	86.722
Total Doações	2.664.341

7- ISENÇÕES USUFRUÍDAS

Em sua capacidade como uma entidade de assistência social e sem fins lucrativos, a instituição beneficiou-se das seguintes isenções durante o exercício de 2024.

Descrição	Valor
COFINS	121.016
Total	121.016

Itajubá (MG), 31 de dezembro de 2024.

JOUBER
LOURIVANIU
S DE
CARVALHO:056652
15635
CARVALHO:0
5665215635
07:55:01 -03'00'
Jouber L. de Carvalho
Contador – CRC 093819/O

Assinado de forma digital por JOUBER LOURIVANIU DE CARVALHO:05665215635
Dados: 2025.03.10 07:55:01 -03'00'

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



À Administração da
FUNDAÇÃO DR GASPAR LISBOA
Itajubá - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO DR GASPAR LISBOA ("Entidade") que compreendem o balanço patrimonial em **31 de dezembro de 2024** e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e referidas apresentam financeira da FUNDAÇÃO DR GASPAR LISBOA em **31 de dezembro de 2024**, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações relação à Entidade de acordo contábeis". Somos independentes em com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança sobre as Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando,

quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divul-

gações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Araçatuba, 10 de março de 2025.

Assinado eletronicamente por:
Elizeu de Azevedo
CPF: 272.250.978-49
Data: 10/03/2025 15:52:27 -03:00

AZEVEDO AUDITORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL S/S

CRC 2SP017174/0-6

Elizeu de Azevedo – Sócio Diretor

Contador CRC 1SP076962/0-9-MG



MANIFESTO DE ASSINATURAS

Código de validação:
FQ8K7-GU9XE-5D9WG-V3B3L

Tipo de assinatura: Avançada

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

✓ Elizeu de Azevedo (CPF 272.250.978-49) em 10/03/2025 15:52 - Assinado eletronicamente

Endereço IP	Geolocalização
177.132.184.24	Não disponível
Autenticação	elizeu@azevedoauditoria.com.br
Email verificado	
2t+xQbUASb9Wku2EUw2S8MNQDnhBfKvcsRbPzKpygR8= SHA-256	

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://www.assinabrasil.net.br/validate/FQ8K7-GU9XE-5D9WG-V3B3L>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://www.assinabrasil.net.br/validate>